



Violência e sua Interface nos Funcionamentos Escolares

Alberto Borges Valente Neto
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
São Paulo, 2017



SUMÁRIO

1	Introdução	2
2	Metodologia	4
3	Desenvolvimento	5
3.1	O conceito de violência	5
3.1.1	Violência contra a escola	7
3.1.2	Violência na escola	8
3.1.3	Violência da escola	9
3.2	O cotidiano escolar	10
3.2.1	Funcionamentos escolares	12
3.2.2	Abandono dos atrasados	13
3.2.3	Faltas e trocas de professores	14
3.2.4	Pedagogia repetitiva e desinteressante	15
4	Considerações Finais	17
5	Bibliografia	20



1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso terá como tema norteador a violência no cotidiano escolar, principalmente no que se refere à violência exercida pela escola na rotina de seus alunos, através de um olhar mais aprofundado sobre determinados funcionamentos escolares, utilizando-se como referência a contribuição de Beatriz de Paula Souza, que oferece um aporte teórico sobre os funcionamentos escolares produtores de alunos fracassados, lançando uma reflexão importante sobre as violências geradas pelo ambiente escolar.

A compreensão da importância deste tema de trabalho surge com os atendimentos à crianças e adolescentes, através do curso de Orientação à Queixa Escolar (OQE) do Instituto de Psicologia da USP. Durante o percurso teórico e prático em OQE, através de textos, discussões acerca desta temática com convidados, falas e produções de atendidos, discussões de casos em supervisão; verificou-se a relevância do cotidiano escolar nas produções das queixas escolares, observando assim quais as atividades que fazem parte desta rotina escolar e influenciam na produção de uma queixa que muitas vezes se pretende ser tão somente individual.

Para falar sobre a violência no ambiente escolar, primeiro deve-se diferenciar os tipos de violência que possam vir a ocorrer, com a intenção de não se banalizar o termo ou perder-se em abstrações confusas, que possam encaminhar a discussão para lugares de um senso comum que empobrece as reflexões, muitas vezes tornando naturais determinados elementos que são socialmente construídos e constituídos como práticas corriqueiras no ambiente escolar; para isso se utilizará como referência a categorização de Žižek (2009, apud BISPO, 2014, p. 163) que traz a violência na ordem subjetiva, simbólica e objetiva. Para aprofundar-se ainda mais na compreensão dos atores escolares envolvidos nestas cenas, o trabalho irá servir-se da classificação da violência escolar em: Violência na escola, da escola e contra a escola; guiando-se pela contribuição de Marilena Ristum (2010). Com os devidos delineamentos acerca dos conceitos de violência que permeiam a escola, emergirá o cotidiano da mesma, com o auxílio de Sílvia Gallo (2007) e sua



contribuição para se compreender os processos de acontecimento no cotidiano escolar, oferecendo assim uma boa visualização para que a análise dos funcionamentos escolares possa ser melhor aproveitada, através do olhar da psicologia escolar crítica, oferecida pela abordagem em OQE por Beatriz de Paula Souza.

Compreendendo o percurso que o trabalho pretende realizar, destaca-se que o mesmo se propõe, portanto, a refletir sobre a violência e sua emergência dentro do cotidiano escolar, principalmente no que se refere as práticas de violência da escola, em um sentido de violência simbólica, assim como o quanto essas práticas, que tanto emergem na rotina das crianças e adolescentes, contribuem para a formação de queixas que devem ser observadas não em uma perspectiva puramente individual (psicológica), nem puramente sociológica, mas sim dialética, como se pretendem as intervenções em OQE, que privilegiam a queixa escolar como um fenômeno social, onde indivíduo e sociedade se constituem mutuamente.



2 METODOLOGIA

Este é um trabalho teórico-conceitual, de caráter exploratório e preliminar que envolve a discussão da literatura pertinente da área sobre o problema delimitado. Portanto, trata-se de uma pesquisa teórica que vai se basear em um levantamento bibliográfico, na leitura e discussão de referências, buscando uma definição do conceito de violência no ambiente escolar e sua articulação com o cotidiano das instituições de ensino, assim como o quanto esta problemática se apresenta nos funcionamentos escolares e na produção do fracasso escolar.



3 DESENVOLVIMENTO

3.1 O conceito de violência

O termo violência é bastante amplo, oferecendo margens à diversas interpretações no cenário social, visto que diferentes perspectivas podem lhe conferir diferentes significados. Associa-se muito violência com agressividade, talvez devido ao fato de se relacionar a agressividade com violência física, algo que seria inclusive da ordem dos fenômenos naturais, o que oferece uma maior visibilidade ao ato. Buscando melhor definir o termo, temos em Sposito (1998) "Em uma de suas definições mais amplamente aceitas, embora seja extremamente difícil exprimi-la a partir de uma única categoria explicativa, a violência é todo ato que implica na ruptura de um nexos social pelo uso da força" (p. 60), tem-se, portanto, que violência é o ato que extingue uma possibilidade de comunicação, instalando algo de outra ordem ao romper as possibilidades de diálogo entre seus diferentes atores.

Apenas definir o termo violência não traz toda a problemática para a cena, pois como verificar se um ato rompeu o nexos social pelo uso da força? Pode-se começar a compreensão do termo direcionando para a reflexão de que a busca pela explicação de um ato violento perpassa a compreensão das determinações culturais, políticas, econômicas, individuais, institucionais etc. O campo institucional escolar possui determinações históricas e culturais, possuindo seus funcionamentos produtores de diversas atividades, que podem vir a produzir relações de violência, ainda em Sposito (idem):

Mas a própria noção encerra níveis diversos de significação, pois os limites entre o reconhecimento ou não do ato como violento são definidos pelos atores em condições históricas e culturais diversas. De um lado, ao se eleger prioritariamente nesta análise as condutas que envolvem a destruição e a força, não poderia deixar de considerar, ao menos como referência, práticas mais sutis e cotidianas observadas na sala de aula que veiculam o racismo ou a intolerância e, até, os mecanismos relativos à violência simbólica presentes na relação pedagógica. (idem)

Destarte, é necessário compreender e reconhecer a violência em sua emergência pelos



laços sociais, indo além do que é meramente físico ou visível, reconhecendo-se também que sua análise deva compreender o ambiente em destaque, com suas funcionalidades e nuances próprias, assim como o é o ambiente escolar. Žižek (2009, apud BISPO, 2014, p. 163) apresenta três formas pelas quais a violência se apresenta nas relações sociais: A violência subjetiva, simbólica e a objetiva.

A violência subjetiva "seria a forma mais visível e designa a violência exercida por agentes sociais determinados [...] passíveis de serem identificados como sujeitos do ato cometido" (idem). É a violência de visualização mais acessível, pois coloca os atores envolvidos em atos manifestos, onde são facilmente identificados os agressores e agredidos. É, portanto, a violência mais midiática dentro do ambiente escolar, visto que o uso da força é empregado de maneira clara, o que gera uma exposição e reconhecimento mais adequado por parte de toda a comunidade.

A violência simbólica "apresenta-se de forma mais sutil nas palavras, nomeações, classificações e formas de utilização da linguagem, não sendo, muitas vezes, reconhecida como violência, mas produzindo efeitos de forma mais insidiosa" (idem). Destarte, é a violência sutil, de difícil acesso sem que haja uma análise adequada, aquela que raramente consegue ser expressada na mídia, pois já conta com a dificuldade de ao menos ser percebida. Os envolvidos nesta violência podem não se aperceber de participarem de um ato de violência propriamente dito, visto que é a violência subjetiva a comumente categorizada como violência, têm-se, portanto, que o agente da violência simbólica se torna impreciso muitas vezes, pois é um tipo de violência que facilmente é vista como algo corriqueiro, que faz parte do natural das relações humanas. O ambiente das instituições escolares não está privado deste tipo de violência, mas, não extraordinariamente, pode não visualizar em suas práticas esta violência.

Se, em muitas ocasiões, a escola é o lugar onde se podem almejar transformações positivas no uso social da linguagem, justamente por ser um lugar de transmissão e crítica da língua, em outras ocasiões, a própria dinâmica escolar pode reforçar, em suas práticas disciplinares e administrativas, a proliferação desse tipo de violência. (idem)

Por fim, a violência objetiva ou sistêmica "é sustentada pelos jogos de relações sociais, políticas e econômicas, podendo ser demarcada no próprio discurso como referida à sustentação de laços de dominação e de exploração" (idem). É a violência ideológica e, diferentemente da violência subjetiva, é de difícil percepção, pois é a violência que é enraizada nas práticas culturais das sociedades, se passando assim como naturalizada, "Encontra-se geralmente arraigada nas instituições sociais e pode valer-se do poder econômico, político ou midiático para impor-se ou perpetuar-se" (idem). Com a intenção de se perpetuar,



tornando-se algo comum e frequente, a violência objetiva pode se utilizar de violência simbólica, assim como de violência subjetiva, com o intuito de reprimir as condutas indesejadas por um determinado estrato social. É importante lembrar que ao se passar como algo naturalizado, este tipo de violência pode permanecer imperceptível para seus atores, tanto para os que o exercem quanto os que sofrem a violência.

É conveniente refletir sobre estas violências e sua intersecção com o cotidiano escolar, frases como "Ele é mais agressivo, pois é menino", "Esta classe não aprende nada, os professores já desistiram", "Chamamos a polícia, pois um professor foi agredido por um aluno", "Ela não tem jeito, mande-a para um psicólogo", "Todos devem formar filas e permanecer em silêncio ao andar pelo corredor antes de adentrar nas salas", "É obrigatório cantar o hino nacional"; passam a fazer mais sentido quando observadas a partir de uma perspectiva crítica, onde os atos possam ser desnaturalizados e percebidos, muitas vezes, como impostos e violentos. Atribuir agressividade à um determinado gênero, desistir de uma classe e/ou convocar agentes externos por uma má resolução de conflitos, impor regras sem discussões coletivas adequadas; tudo isto pode ser observado no complexo funcionamento das instituições escolares, mas como analisar quais são os atores participantes? Quais os processos que ocorrem? Quem exerce e quem sofre os variados atos? Com a intenção de se aprofundar mais no cotidiano escolar, deve-se analisar as violências ocorridas no ambiente escolar, distinguindo-as entre: violência contra a escola, na escola e da escola.

3.1.1 Violência contra a escola

Para refletir sobre os tipos de violência praticados no cotidiano escolar, se utilizará o pensamento de Ristum (2010), que muito é apoiado por Bourdieu (1989) e Sposito (1998). A primeira definição é oferecida para a violência contra a escola, Ristum (2010) busca ressaltar dois aspectos: O primeiro aspecto abordado é referente a desvalorização social e o empobrecimento dos professores, sendo que se caracteriza como uma violência contra a escola pelo fato desta depreciação criar um ambiente desfavorável dentro das instituições escolares. Os baixos salários, a falta de formação continuada adequada, as longas jornadas de trabalho, entre outros aspectos, tornam a atividade docente precarizada e, conseqüentemente, não adaptada a realidade, que vem sofrendo alterações constantes e demandando cada vez mais de uma classe que não possui condições para acompanhá-las.

As políticas públicas desenvolvidas ao longo de vários anos, no Brasil, acabaram sucateando as escolas e promovendo uma crescente desvalorização social do professor, aliada ao seu empobrecimento marcante,



com reflexos profundos em sua autoestima. Isto constitui um quadro que pode ser pensado aqui como um desrespeito aos direitos humanos, não só dos professores, mas também dos alunos, de seus pais e de toda a sociedade, que, em última instância, sente os efeitos de tal desrespeito. (RISTUM, 2010, p. 70)

Depreende-se que há uma violência objetiva, que lança mão de diversos mecanismos de violência simbólica para efetivar uma determinada prática docente que vêm ocorrendo na atualidade. A escola, inserida em um determinado contexto social, passa a responder de maneira precária à uma realidade que demanda, muitas vezes, uma outra prática. Como salientado anteriormente, é uma violência de difícil percepção quando não há uma análise adequada, geralmente ignorada pela sociedade.

O segundo aspecto trata sobre a ação de pessoas ou grupos externos à escola, comumente associado a depredações, roubos, furtos, perturbações da ordem escolar, tráfico de drogas etc. Frequentemente associada a uma violência subjetiva, ou seja, visível e que mobiliza mais facilmente os envolvidos e alerta de maneira mais natural a sociedade.

Outro dia, a direção foi obrigada a chamar a polícia, pois havia muitas pessoas invadindo a escola durante um dia de recesso escolar. Havia grupos soltando pipas, outros jogando futebol e até algumas pessoas tomando sol no pátio. E o que mais chamou a atenção da direção foi um rapaz que, em cima do telhado, fumava tranquilamente seu cigarro. (Idem, p.72)

A violência contra a escola, portanto, está associada à violência contra os professores e funcionários, quando realizada por agentes externos do ambiente escolar; assim como a infraestrutura física da escola, tanto por agentes internos quanto externos. São políticas públicas inadequadas, ordens superiores que não respeitam os limites de cada localidade, furtos de objetos, pichações, depredações diversas etc.

3.1.2 Violência na escola

É a violência relacionada ao âmbito interno da escola, ou seja, é aquela praticada pelos seus atores e entre eles próprios. Geralmente associada à uma violência subjetiva, portanto de fácil identificação, sendo deste modo a violência mais divulgada pela mídia, com maior impacto na sociedade. Se destacará aqui as violências exercidas pelos alunos, visto que é a de maior visualização pelos atores escolares (RISTUM, 2010).

O primeiro ponto a ser abordado é a violência entre alunos, associada a diversos atos cometidos entre os discentes, como xingamentos, ameaças, roubos e furtos de material



alheio, violência física etc. Dados de Sposito (2001) indicam que esta é a maior frequência observada no ambiente escolar, o que corrobora a afirmação de que é a violência subjetiva a mais reconhecida e, conseqüentemente, mais denunciada no meio escolar.

O segundo ponto relaciona-se a violência praticada por alunos contra professores, atos que também são facilmente observáveis e, segundo Ristum (2010), mais praticados por adolescentes. As conseqüências destes atos são diversas, pois podem afetar a relação individual entre aluno agressor e professor, assim como a relação mais ampla, desde classe e professor e até mesmo um ambiente mais generalizado, como ciclos (fundamental I e II) e a própria organização escolar.

Uma professora nos relatou seu medo de reprovar, ou até mesmo de dar notas baixas aos alunos, pelas ameaças veladas que recebia. Contou-nos, a título de exemplo, a fala de um aluno ao receber uma nota baixa: “Por menos que isso já morreu um”. (RISTUM, 2010, p. 82)

O terceiro e último ponto aqui destacado faz referência a violência praticada por alunos contra funcionários, segundo pesquisa realizada por Ristum (2001), as falas de professoras não indicam grande frequência deste tipo de violência dentro do ambiente escolar, porém, ao realizar uma pesquisa com funcionários de uma escola de um bairro “violento” (RISTUM, 2008 apud RISTUM, 2010, p. 83), constatou-se a dificuldade de funcionários ao realizar o cumprimento de determinadas normas escolares, como controle de frequência de pessoas alheias a escola, com alunos realizando ameaças verbais para que estes funcionários permitissem a entrada de seus conhecidos.

3.1.3 Violência da escola

É a violência realizada pelo ambiente escolar, ligada às práticas que envolvem as políticas educacionais e à maneira como se organiza o ambiente escolar, suas hierarquias, ordens e sistemas constituídos. Em geral, é a violência relacionada à violência simbólica, posto que os sistemas escolares concretizam um determinado ambiente escolar, onde seus atores devam se subordinar à ordem estabelecida.

Os sistemas simbólicos são estruturas sistematizadas de produção simbólica, como a língua, a arte, a religião, etc. A sua função política é a de impor ou de legitimar a dominação, assegurando a dominação de uma classe sobre a outra. O poder de violência simbólica é aquele que chega a impor significações como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua atuação. (BISPO, 2014, p. 164)

Destarte, é a violência imposta pela escola aos seus diversos agentes, através de ideologias que disseminam quais devem ser as práticas adotadas dentro do ambiente



escolar, assim como quais devam ser suprimidas. Por ser uma violência sutil, dificilmente atinge a mídia como algo a ser superado, devido inclusive a fazer parte de uma violência objetiva, já caracterizada anteriormente, pois lança mão de diversos mecanismos de uma violência simbólica, onde

As propostas curriculares, as estratégias pedagógicas, as práticas linguísticas, as relações hierárquicas e outros compõem um cotidiano escolar que evidencia uma violência simbólica em vários níveis. (RISTUM, 2010, p. 73)

É a violência observada nas regras, muitas vezes propostas sem sentido, tanto para os professores, que devem prestar contas à uma hierarquia superior, quanto aos alunos, que devem obedecer as regras impostas pelos professores e pela conduta exigida dentro do ambiente escolar. Os agentes escolares que visualizam estas práticas como inadequadas, ou buscam realizar comportamentos que fogem as condutas exigidas, são vistos como indisciplinados, rebeldes, mal educados, o que dificulta ainda mais uma resolução das violências simbólicas exercidas pela escola, pois ao impor uma conduta, faz com que todos aqueles que a seguem prossigam defendendo-a.

As violências até aqui observadas, auxiliam a se obter uma visualização de que tipo de ação se está falando, seja de uma visível, outra mais sutil ou até mesmo sistêmica; assim como quais são os atores envolvidos no processo dentro de uma rotina escolar, quem realiza a ação? Quem a sofre? Mas o cotidiano se mostra complexo, pois ao se falar de violência, também fala-se de resistência.

3.2 O cotidiano escolar

Como compreender o cotidiano escolar? As ações que ocorrem na rotina dos alunos, professores e funcionários transmitem mensagens diversas, pois dependem de como iremos interpretá-las. O professor assim agiu pois o foi solicitado desta maneira? O aluno não cumpriu as ordens oferecidas pois é rebelde? Pensar no cotidiano leva à reflexão de diversos acontecimentos, que são subordinados a uma condição histórica e social e, assim o sendo, demandam olhares atentos as diversas condições onde ocorrem estes acontecimentos.

Neste presente capítulo se refletirá sobre as condições de controle em que as rotinas escolares são submetidas, segundo Gallo (2007) "Se o cotidiano da escola pode ser tomado como um conjunto de acontecimentos, ele nos coloca em prontidão, na medida em que não podemos, nunca, exercer absoluto controle sobre os acontecimentos" (p. 21). Vê-se



que, apesar de se falar sobre violências, é importante recordar sobre quais as resistências que se impõem frente a estes atos violentos, refletindo sobre as diversas possibilidades de, inclusive, uma forma de violência no ambiente escolar ser até mesmo uma demonstração de resistência às violências sofridas dentro deste mesmo ambiente.

Falar sobre a ordem do acontecimento no cotidiano escolar, traz a ideia de espaços de controle e espaços que procuram fugir deste controle, emergindo na rotina dos atores escolares, de forma que serão estes controles e estas resistências que poderão oferecer indícios sobre quais os caminhos a se utilizar para a resolução dos conflitos estabelecidos neste espaço de convivência. Um diálogo entre uma professora e um aluno, de Beaudoin (2006, p. 33 apud RISTUM, 2010, p. 77), pode exemplificar um espaço de tentativa de resistência às imposições escolares:

Aluno: – Por que você dá dever de casa?

Profa: – Para que as crianças aprendam.

Aluno: – E se elas já tiverem aprendido, ainda assim você dá dever de casa?

Profa: – Sim.

Aluno: – Por quê?

Profa: – Porque é a regra.

Aluno: – Por que a regra foi feita?

Profa: – Para que as crianças aprendam.

Aluno: – E se as crianças já tiverem aprendido?

Profa: – Ainda assim se dá. É a regra.

Aluno: – E se as crianças não puderem fazer o dever de casa? (uma referência à estrutura instável em casa, à pobreza, à falta de um lar).

Profa: – Ainda assim se dá. É a regra.

Aluno: – E depois são vocês que nos chamam de incoerentes!

Interessante notar como fica clara a existência de uma estrutura escolar em que tanto professor quanto aluno estão submetidos, mas em um determinado momento o aluno questiona esta estrutura, forçando uma ruptura na rotina escolar ao abrir um espaço de questionamento frente a estas regras que, para ele, não estão fazendo sentido. Neste caso a professora não acompanha a ruptura, dispondo-se a prosseguir com o pré-determinado e ainda fecha a discussão, sem oferecer ao aluno um ambiente de diálogo construtivo, o que foi percebido pelo mesmo ao encerrar a conversa colocando-a como incoerente.

Para pensar nestes espaços de domínio do instituído e de fratura do mesmo, Gallo aponta a existência de uma educação maior e uma educação menor, utilizando-se como referência o conceito de literatura maior e menor, proposto por Deleuze e Guattari (1977), onde a educação maior seria:

Aquela produzida no campo da macropolítica e da gestão, desenvolvida nos gabinetes, no Ministério da Educação, nas secretarias de educação



de estados e municípios, traçando metas, planos, cronogramas de realização. É também aquela presente nas políticas públicas para educação. A educação maior traduz-se num esforço macropolítico de pensar, organizar, implementar e gerir os processos educacionais como um grande sistema, determinando suas regras, suas metas, suas ações. (GALLO, 2007, p.28)

E onde a educação menor seria:

Aquela desenvolvida pelos professores na solidão de sua sala de aula, para além de planos, políticas e determinações legais. É também aquela que acontece fora da sala de aula, nas relações e nos acontecimentos do cotidiano da instituição escolar. A educação menor, enfim, traduz-se num esforço micropolítico de criação e de produção cotidiana, em que professores e estudantes realizam os atos educativos, mas também nas microrrelações estabelecidas na instituição escolar como um todo.(idem)

A educação maior é, portanto, aquela em que se encontra a macropolítica, a ordem e as relações de poder atravessando o ambiente escolar, onde visa-se a adoção de determinadas condutas, fechando os diálogos que visam realizar rupturas e desvios dos caminhos traçados. Por outro lado, a educação menor atua no campo da micropolítica, no cotidiano real, que muitas vezes foge do cotidiano ideal traçado pela macropolítica. Apesar de não se constituírem em opostos, a educação menor, muitas vezes, pode surgir como um espaço de resistência à atuação da educação maior, posto que a menor pede um fluxo de informações que coloca em jogo diversas questões que podem não estar nos planos de uma macropolítica pensada pela maior.

Nota-se aqui como os diversos tipos de violência (subjéctiva, simbólica, objectiva) e as diversas classificações (contra, na e da escola) podem se encontrar neste interjogo do cotidiano escolar, tanto nas expressões macropolíticas, quanto nas micropolíticas. Destarte é necessário uma visualização de algumas práticas ligadas aos funcionamentos escolares, de modo a se visualizar como se concretizam as violências no cotidiano real das escolas.

3.2.1 Funcionamentos escolares

Pretende-se aqui ilustrar alguns funcionamentos escolares, para isso se recorrerá à contribuição de Beatriz de Paula Souza, em seu texto "Funcionamentos escolares e produção de fracasso escolar e sofrimento" (2007), se atendo aos funcionamentos escolares produtores de alunos fracassos, principalmente em três aspectos: Abandono dos



atrasados; Faltas e trocas de professores e a questão da Pedagogia repetitiva e desinteressante.

3.2.2 Abandono dos atrasados

A escola possui um determinado modo de funcionamento, incluindo-se aí a sua grade curricular, seus anos letivos, seus ciclos de ensino, seus conteúdos programáticos etc. No modelo atual, cabe aos alunos se adaptarem aos conteúdos que são oferecidos pela escola, assim como conseguir respeitar a velocidade e o modo como estes são passados. Destaca-se aqui uma determinada violência simbólica praticada no âmbito da violência da escola, ou seja, há uma imposição real, onde o corpo discente deve se adequar aos conteúdos fechados e propostos pela escola, assim como seguir os passos já demarcados pela instituição. A violência também é objetiva, pois é o plano da macropolítica que determina como e em que momentos estes conteúdos serão transmitidos, cabendo aos professores a tarefa de realizar a missão. Aliando estes aspectos com a violência contra a escola, com destaque para a violência contra as condições da classe docente, têm-se professores com tripla jornada de trabalho, aulas com número excessivo de alunos, falta de tempo para o preparo das aulas etc.

Há toda uma conjuntura que culmina em casos de abandono à determinados alunos durante o processo de alfabetização e ensino. São alunos que não conseguiram acompanhar o ritmo ditado pela escola, perdendo gradativamente a capacidade de compreender os conteúdos que vão se complexificando ao longo da vida escolar. Os professores deixam de investir nas crianças e adolescentes, do ponto de vista pedagógico, gerando sofrimentos diversos para estes, visto que participar do cotidiano escolar sem dominar as ferramentas adequadas para compreendê-lo por completo, pode ser determinante para o fracasso escolar dos discentes. Souza (2007) aponta que

Esta situação é especialmente grave a partir do ingresso no 2o Ciclo do Ensino Fundamental, quando passam a ter diversos professores. Além do fato de nenhum desses docentes ser alfabetizador (nem mesmo o professor de Língua Portuguesa), convivem cotidianamente por um tempo curto (aulas de 45 minutos) com cada criança/jovem e têm muitos alunos, o que dificulta conhecê-los. (p. 262)

Observa-se, portanto, um cotidiano que muitas vezes exclui alguns de seus atores do interjogo da relação de ensino/aprendizagem, contudo, pensar na violência é pensar nas possíveis resistências, como já visto é refletir sobre as micropolíticas que se instalam na rotina escolar, buscando emergir no contexto em que se encontra. Os alunos abandonados



precisam encontrar estratégias para sua sobrevivência neste contexto, o que surge são táticas diversas, como aderir a comportamentos agressivos, afinal a violência subjetiva é visível, necessitando atenção; comprometer-se com contínuos comportamentos agressivos, pois o aluno que é visto como rebelde não é visto como "burro", mascarando sua falta de conhecimento; permanecer disciplinado, evitando chamar atenção, afinal não há problema desde que não saibam que eu não sei, "é comum os alunos tornarem-se os ditos copistas: crianças e jovens capazes de fazer cópias de longos textos com perfeição e capricho, sem que consigam ler o que escreveram" (SOUZA, 2007, p.262).

3.2.3 Faltas e trocas de professores

Compreendendo a desvalorização social da categoria profissional dos professores, têm-se que:

As mudanças no cenário profissional dos professores, produzidas pelo aumento no número de alunos, pela sua heterogeneidade sociocultural, pelas novas demandas de escolarização geradas pela sociedade, pelo impacto de novas concepções do ensino e de formas de lidar com o conhecimento, não têm sido acompanhadas pela implementação de políticas educacionais capazes de enfrentar os desafios e de valorizar os profissionais de ensino. (GATTI, 1996 apud RISTUM, 2010, p. 66)

Em um plano macropolítico que gera violência contra a escola, pois desvaloriza seus professores, acarretando em comportamentos que buscam escapar do cotidiano escolar que deprecia o professor, profissional sobrecarregado que muitas vezes procura se ausentar deste ambiente, gerando um cenário de alto absentismo, que possui suas consequências para toda a rotina escolar.

Apesar da tendência à naturalização destes acontecimentos, vemos claramente seu impacto negativo nas crianças, do ponto de vista do rendimento escolar, do vínculo com o professor e com a aprendizagem escolar e do sofrimento. (SOUZA, 2007, p. 263)

Aos alunos, que sofrem das consequências de uma violência objetiva operante no sistema escolar, cabe alguma forma de resolução do que é sentido cotidianamente, pois são nas lacunas ofertadas pela escola que surgem os comportamentos rotulados como anormais, diferentes."Elas reagem, ficam tristes, culpam-se, rebelam-se, maltratam as professoras substitutas. Ressentem-se das mudanças de abordagem pedagógica, desorganizando-se e mesmo regredindo na aprendizagem" (idem). As operações são complexas, as tipologias de violência operam em conjunto, assim como os atores que as exercem e sofrem,



chegando a exercer e sofrer ao mesmo tempo, como é o caso dos professores aqui destacado. A educação menor, a micropolítica operante no cotidiano, busca o livre fluxo de ideias, o alisamento do espaço (GALLO, 2007), como é o caso das crianças que estão buscando comunicar algo que as está violentando em algum nível, com a intenção de gerar o debate, de serem escutadas de alguma forma, mas a educação maior, com a macropolítica, busca o estriamento do cotidiano, muitas vezes capturando o que lhe escapa, capturando a educação menor e a engessando, para que a visualização dos comportamentos que escapam se modifique e façam remeter à uma ordem outra. No ambiente escolar significa dizer que os comportamentos inadequados das crianças e adolescentes passam a ser observados não como uma resposta a algum cotidiano que lhes violenta, mas sim como um comportamento em si mesmo, individualizando aquilo que é da ordem do social. "A classe desestrutura-se e, para muitas crianças, é o início de uma carreira escolar de fracasso, pois iniciam o ano seguinte "fracas" e "bagunceiras" e o estigma de mau aluno instala-se" (SOUZA, 2007, p. 263).

3.2.4 Pedagogia repetitiva e desinteressante

As mudanças na demanda educacional aliada desvalorização dos professores, produzem, muitas vezes, práticas pedagógicas inadequadas para a realidade de diversas crianças e adolescentes, gerando desencontros entre o que é ensinado e o que é vivido e, conseqüentemente, estabelecendo um distanciamento na relação entre professores e alunos, visto que o que é ensinado não faz sentido para quem aprende.

Nessa sociedade tecnológica de alfabetizações múltiplas, em que todos têm acesso às informações por meio de várias mídias e contatos, a escola sofreu uma mudança em seu estatuto educacional. Passou a ser escola de massa que não atende às necessidades do aluno, de cada aluno, não conseguindo cumprir nem sequer aquilo que seria a sua função básica, a alfabetização literal. Sua institucionalização condensa os preceitos mercadológicos de produtividade, em detrimento da qualidade. (GUIMARÃES, 2007, p. 156)

As produções macropolíticas estabelecem mecanismos de violência simbólica, através de sua violência objetiva e sistêmica, pois os conteúdos ensinados não preparam os alunos para suas práticas sociais, mas, em geral, visam prepará-los para provas que a própria instituição oferece, realizando assim um descompasso entre as demandas dos alunos e o que a escola de fato propõe. Nesta perspectiva os alunos se encontram abandonados, pois o que interessa ao professor, que está submetido à uma ordem superior, é apresentar os conteúdos já programados, que muitas vezes não produzem sentido, deixando pouco ou



nenhum espaço para o pensar, para o diálogo, para uma resolução saudável de conflitos.

A pedagogia se torna, então, repetitiva e desinteressante por não respeitar o aluno que a recebe, muitas vezes se sobrepondo ao momento que cada aluno está vivenciando, demandando que crianças pequenas deixem de brincar de um período para o outro; alunos com defasagem de matérias acompanham matérias mais complexas; tarefas para casa extensas, que ocupam inclusive os finais de semana etc. Quando o aluno não consegue acompanhar este sistema, acaba por ser rotulado de acordo com seu comportamento emergente, se agressivo pode ser visto como rebelde, bagunceiro; se desatento, encaminhado para especialistas com o intuito de "consertá-lo", pois o mesmo pode sofrer de algum distúrbio; se demasiadamente agitado, pode ser visto como hiperativo e também encaminhado para especialistas etc.

Na esfera do cotidiano da escola, daquilo que propus chamar de educação menor, vemos a proliferação das diferenças. Agimos de modo análogo aos mecanismos racistas, quando classificamos essas diferenças, separando-as em campos distintos e organizando-as, a fim de controlá-las, sob o argumento de que, com isso, estaríamos incluindo, estamos "respeitando" os diferentes e seus direitos civis. Ao seguirmos, no terreno micropolítico da educação menor, esses princípios construídos no âmbito macropolítico da educação maior, legitimamos um processo de estriamento e estratificação que permite controlar e mesmo "apagar", neutralizar as diferenças. (GALLO, 2007, p.38)

Destarte, vê-se como os conflitos gerados pela violência no ambiente escolar são capturados pela educação maior, que busca gerar um controle sobre o que lhe escapa, sobre o que emerge no cotidiano, com a intenção de normatizar os comportamentos e apagar os conflitos.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordou-se aqui o complexo tema da violência em sua interface com o cotidiano escolar e seus funcionamentos, de modo a buscar uma clarificação sobre determinadas origens, modos e consequências das variadas violências que possam surgir na rotina de professores, funcionários e alunos de uma instituição de educação. É interessante notar como ocorrem os conflitos, de onde partem e pra onde/quem se endereçam, mas é interessante também questionar: Como se está resolvendo os conflitos proporcionados pela violência? Como deveriam ser solucionados? Sem a intenção de oferecer respostas definitivas e generalizadas, podemos visualizar um caso para melhor compreensão:

(...) uma criança, sentada no fundo da classe, está de saco cheio e começa a jogar chicletes ou bolotas na cabeça dos outros. Diante dessa situação, geralmente o que fazemos é colocar a criança que está perturbando para fora da sala de aula, ou tentar fazer com que ela se manifeste o menos possível, ou ainda, se estivermos em sistemas mais sofisticados, encaminhá-la para um psicólogo. É muito raro nos perguntarmos se esse fato de singularidade não estaria dizendo respeito ao conjunto da classe. Nesse caso, teríamos que questionar nossa posição na situação e desconfiar que talvez as outras crianças também estivessem de saco cheio, só que sem manifestá-lo do mesmo modo. Em outras palavras, um ponto de singularidade pode ser orientado no sentido de uma estratificação que o anule completamente, mas pode também entrar numa micropolítica que fará dele um processo de singularização. (GUATARRI ROLNIK apud GALLO, 2007, p.23)

Nota-se, pelo exposto até o momento, que os conflitos dentro de um ambiente escolar são inevitáveis, porém a pergunta norteadora que se apresenta aqui, novamente, seria: De que maneira os conflitos são resolvidos? Seria dentro de uma perspectiva que vise o diálogo, o encontro de ideias diferentes ou dentro de uma perspectiva que busque a normatização, o silenciamento dos conflitos? Aquilo que escapa ao controle, que se mostra diferente, desafiador, é encarado habitualmente como algo ruim, algo que deve ser encaixado em um padrão, apagado e silenciado, com a intenção de não se repetir. Como, então, enxergar o diferente? A violência deve ser observada apenas como um ato de destruição? Um espaço nulo que deve ser trazido imediatamente para condutas



adequadas a norma vigente?

As práticas violentas precisam ser tomadas como potência, ou seja, como conflitos que expressam forças que estão em jogo no espaço institucional e questionam os modos hegemônicos da organização escolar, ritualizados e enrijecidos, e o funcionamento social, individualista e competitivo. Isto significa que nossa proposta é sair do território do indivíduo para pensar este fenômeno como expressão social, política, econômica, cultural. (BONAMIGO, 2014, p. 524)

Visualiza-se, portanto, que a violência é um rico material a ser debatido nos espaços escolares, pois são os atos violentos que frequentemente expõem conflitos silenciosos dentro de um cotidiano escolar. É necessário e urgente a abertura e criação de espaços adequados dentro da vida escolar que permitam o reconhecimento das diferenças, da emergência dos diversos conflitos, assim como ofereçam a capacidade de negociação adequada para estes conflitos, não o seu apagamento e silenciamento, pois quando a escola não cumpre estas funções de mediação adequada de conflitos, o que se vê é um cenário de piora dos mesmos, "A escola poderia vir a ser o local do aprendizado dessa negociação. Como não tem, em sua maioria, cumprido essa função, os conflitos têm se exacerbado a ponto de ficarem inegociáveis, dando-se, assim, espaço à violência explícita" (ARAÚJO, 2001, p. 150).

Por não oferecer um espaço adequado à resolução de conflitos, "acaba por não conferir a devida ênfase à formação de indivíduos que possam modificar tais relações, bem como à construção e apropriação dos conhecimentos historicamente sistematizados" (MARTINS, 2011, p. 23), ou seja, se torna um espaço de fechamento, produtor de indivíduos não preparados para o diálogo, à resolução adequada dos diversos conflitos.

O psicólogo que lida com queixas escolares deve possuir em seu horizonte os funcionamentos escolares que atravessam as vidas de seus atendidos, compreendendo a que violências os indivíduos são submetidos, que violência exercem e os motivos por trás deste cenário. Têm-se que a investigação dos problemas escolares no psiquismo do aluno limita o olhar para os problemas de ordem individual, obscurecendo e até mesmo negando os aspectos contextuais que permeiam o ambiente escolar, uma criança ou adolescente agressivo pode dizer não somente algo sobre si, mas também sobre quais condições escolares se está submetendo.

As incivildades sinalizariam, também, um conjunto de insatisfações manifestadas pelos alunos diante de sua experiência escolar e, ao mesmo tempo, as dificuldades da unidade escolar em criar possibilidades para que tais condutas assumam a forma de um conflito capaz de ser gerido no âmbito da convivência democrática. (SPOSITO, 2001, p. 100)



A crítica à uma visão restrita aos aspectos individuais dos alunos no ambiente escolar permite que o psicólogo questione qual o seu papel de atuação, possibilitando que passe a se comprometer não mais com o ajustamento das crianças e adolescentes à um modelo específico de escola, mas compreendendo a emergência dos comportamentos dentro de um grande e complexo sistema de relações que ocorrem no cotidiano escolar. Compreender as violências ocorridas dentro da rotina de seus atendidos, assim como a frequente inabilidade de resolução de conflitos proporcionada pelas escolas, faz com que se tenha em reflexão, sempre, o cotidiano escolar, que "é sempre abertura e horizonte; espécie de deserto em que os fluxos correm soltos e as diferenças aparecem" (GALLO, 2007, p. 38). É o surgimento do estranho, do desafiador, que se coloca a frente, quais resoluções tomar?

Se formos capazes de suportar a sensação de estranheiridade e agir de maneira produtiva e criativa, mesmo envolvidos em estranhamento, teremos possibilidade de ser vetores de proliferação de diferenças, e não instrumentos de estriamento. (idem)

Não há resoluções prontas e universais, nem respostas definitivas e que fecham as questões. A violência no cotidiano escolar é demasiadamente complexa, cabe aos que são envolvidos por ela de alguma maneira realizarem intervenções que busquem por uma escuta aberta ao diálogo, ao fluxo de ideias e na conciliação das diferenças, não na supressão delas. Permitir-se enxergar o diferente e não negá-lo, pode ser um primeiro grande passo para a resolução adequada dos conflitos proporcionados pelas diversas violências em jogo no cotidiano escolar.



5 BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Carla. As marcas da violência na constituição da identidade de jovens da periferia. *Educ Pesq*, São Paulo , v. 27, n. 1, p. 141-160, Junho 2001.

ARREGUY, M. E.. Violência e ausência de psicólogos nas escolas. *Physis (UERJ. Impresso)*, v. 24, p. 229-252, 2014.

BISPO, Fábio Santos; LIMA, Nádia Languárdia de. A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA LEITURA INTERDISCIPLINAR. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 30, n. 2, p.161-180, abr. 2014.

BONAMIGO, Irme Salete et al . Pesquisa-intervenção sobre violências em escolas. *Psicol. Esc. Educ.*, Maringá , v. 18, n. 3, p. 519-527, Dec. 2014.

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

D AUREA-TARDELI, D.. Aprender a conviver: a violência no ambiente escolar. In: Fraulein Vidigal de Paula; Denise D Aurea-Tardeli. (Org.). *Violência na Escola e da Escola: desafios contemporâneos à Psicologia da Educação*. 1aed.São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2009, v. 1, p. 103-111.